

Desafios para a pesquisa no século 21: Lugares de mulher na política

(*Matizes Feministas*, 20/05/2014) Aconteceu em São Paulo, entre os dias 14 e 15 de junho de 2014, o seminário “Desafios para a Pesquisa no Século 21: Lugares de Mulher na Política”, no auditório da sede da Fundação Carlos Chagas.

Trata-se do segundo seminário do ciclo de Estudos de Gênero no século 21: Desafios para a pesquisa, que têm como objetivo realizar um inventário da produção acadêmica sinalizando avanços e lacunas do conhecimento, além de propiciar o diálogo entre diferentes gerações de pesquisadores (as). O evento foi organizado pela Fundação Carlos Chagas.



Clara Maria Araújo (UERJ)

No dia 14 de maio, aconteceram duas mesas, sendo a primeira “Participação política e equidade de gênero”, que foi coordenada por Sandra Unbehaum da Fundação Carlos Chagas (FCC) e teve como expositora a professora Clara Maria Araújo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que apresentou o texto “Democracia representativa como experimento participativo: algumas reflexões a partir da equidade de gênero”.

Segundo a professora, a inspiração para seu texto veio de pesquisas que ela vem desenvolvendo recentemente e do próprio título da mesa, sendo portanto, “insights e tentativas” de ir além dos recortes que ela tem trabalhado.

Clara concluiu a sua apresentação falando sobre o novo momento que vive a América Latina com um grau diferenciado em comparação com 10-15 anos em relação à representação das mulheres no parlamento, com uma ampla presença de mulheres em vários países, com a exceção de três países, entre eles o Brasil.

A professora finalizou apontando dois desafios para os estudos sobre participação política das mulheres. O primeiro seria “qual é o impacto que essa presença no parlamento tem sobre a agenda das mulheres e sobre a questão da igualdade de gênero?” e a segunda é, “qual é o resultado que tem para a aproximação da igualdade o número de mulheres na presidência, exercendo a chamada representação política simbólica na América Latina?”

À medida em que conclui sua exposição, Araújo pergunta: “Ela vai ter impacto sobre o aumento de (participação) mulheres? Ela é substantiva?” Finaliza, então, dizendo que isso talvez nos leve ao debate central que é: O que que as mulheres demandam, quais são os seus interesses e quais são os canais de ação política para além da representação?” Foram debatedores (as) da mesa, José Eustáquio Diniz, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fátima Pacheco Jordão, do Instituto Patrícia Galvão e Eva Blay, da USP.

No segundo momento, foi discutido “Os espaços das mulheres na política”, que foi coordenada por Maria Rosa Lombardi (FCC) e teve como expositora a professora Celi Pinto (UFRGS), que apresentou um projeto de pesquisa sobre “O espaço da mulher na política no Brasil”. A pesquisadora apresentou uma visão geral da pesquisa e os seus primeiros resultados. Para Celi Pinto, “algumas questões ainda nos inquietam: Por que as mulheres não conseguem acesso às casas legislativas? Por que as mulheres não se elegem? Por que nós somos tão poucas e por que estamos nessa posição tão complicada de sermos sempre menos de 10%?”



Ma. Rosa Lombardi (FCC), Celi Pinto (UFRGS), Flávia Biroli (UnB), Ana Alice Costa (UFBA) e Tatau Godinho SPM)

No entanto, a pesquisadora relata que em sua pesquisa fez o movimento inverso. Resolveu perguntar: Por que algumas mulheres se elegem? E foi pesquisar, a partir de 1950 até 2010, as mulheres da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas de todo o Brasil. Foram debatedoras nesta discussão, Flávia Biroli da Universidade de Brasília, Ana Alice Costa, da Universidade Federal da Bahia e Tatau Godinho (SPM).



Angela Araújo (Unicamp), Claudete Soares (UFFS) e Arlene Ricoldi (FCC)

O segundo dia começou com a mesa “Mulheres em movimento” que contou com a exposição de Arlene Ricoldi e teve como debatedoras Eliane Gonçalves, da Universidade Federal de Goiás, Claudete Soares (UFFS) e Carolina Branco da Unicamp. Ricoldi apresentou um levantamento de resumos de teses e dissertações sobre mulheres e políticas, do banco de dados da Capes entre 1987 e 2011.

A segunda mesa, “Poder, política e democracia: as demandas das mulheres”, teve como expositora a socióloga Silvia Camurça, do SOS Corpo que falou sobre as demandas que estão sendo construídas no campo dos movimentos sobre o tema do poder e da política hoje. Ressaltou que as fontes usadas para

a sua exposição são a sua própria militância - lugar onde ela tem feito a discussão da reforma política desde 2005 - as oficinas de reflexões feitas com e no movimento, em rodas de conversa sobre os princípios feministas da horizontalidade e também, as acadêmicas, principalmente nos embates políticos. Retomou a discussão do lugar das mulheres na política, depois falou sobre as proposições para a democratização do poder e, por fim, apontou a agenda feminista para o tema. Foram debatedoras, Sônia M. Miguel (SPM) e Aurea Carolina Freitas da Silva (UFMG).

Para falar sobre o lugar das mulheres na política, Camurça começou sua intervenção dizendo que aquela frase “uma mulher na política ainda é uma mulher fora do lugar”, é completamente atual em todos os setores - no Congresso, nos partidos, nos movimentos, nas comunidades eclesiais de base. Segundo, a socióloga, “Os espaços de liderança na política ainda são as mulheres fora de lugar. As mulheres ainda relatam as histórias que, no bairro, elas estão no movimento porque não têm o que fazer e cada mulher que começa a fazer militância no bairro no sindicato enfrenta na sua família, com as suas vizinhas, com a sogra... a crítica de que ela não tem nada que perder tempo com isso, que ela tem mais o que fazer”. Nesse momento ela fala sobre como todas nós, as mulheres, estamos fora de lugar na chamada cultura política hegemônica. Entretanto, Silvia realça que tem um lugar que as mulheres conquistaram e que está garantido, a legitimidade da organização das mulheres em organizações só de mulheres está garantida. Para ela, a política feminista é um lugar hoje bastante consolidado das mulheres - já não é mais visto como uma luta secundária em relação à luta de classes, por exemplo.



Sônia Malheiros Miguel (SPPM), Silvia Camurça (SOS Corpo) e Aurea Carolina Freitas da Silva (UFMG)

Encerrando o seminário à tarde do dia 15/05, a conferência da professora Sonia Alvarez (UMASS-Amherst): “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. A pesquisadora Albertina Costa (FCC) coordenou a mesa final.



Sonia Alvarez

Alvarez inicia sua conferência agradecendo a várias feministas pesquisadoras de uma nova geração que a têm ajudado em sua pesquisa. Diz que “suas reflexões fazem parte de um projeto mais amplo que busca elaborar uma linguagem conceitual e uma nova unidade de análise para repensarmos as dinâmicas e mudanças dos feminismos no Brasil e na América Latina e por extensão ou comparação de outros campos políticos que costumamos chamar de movimentos sociais e que conceitualmente costumamos situar na área da sociedade civil”. Após a conferência, foi aberto o debate.

A pesquisadora Albertina de Oliveira Costa (acosta@fcc.org.br) disse que a proposta da Fundação Carlos Chagas é que o seminário resulte em uma

publicação.

Texto e Fotos: Suely Oliveira

Acesse o PDF: [Desafios para a pesquisa no século 21: Lugares de mulher na política](#)

Comando rosa? por Sonia Racy

(O Estado de S. Paulo, 18/05/2014) A cada dez cargos de chefia, apenas dois são ocupados por mulheres na maioria das empresas brasileiras. E mais: em apenas 7% dos locais pesquisados elas representam mais da metade das gestoras.

Os dados fazem parte de levantamento da consultoria Hay Group em 214 companhias nacionais e estrangeiras do País.

Acesse o PDF: [Comando rosa? por Sonia Racy](#)

Mulheres ainda sofrem preconceito na política, diz dirigente de associação

(D24AM, 17/05/2014) A lei das eleições 9.504 prevê que uma cota mínima de 30% seja reservada para as mulheres no preenchimento de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito. Os partidos políticos afirmam que cumprem e incentivam essa participação, mas, segundo mulheres representantes de movimentos envolvidos com causas sociais do gênero, o sexo feminino ainda sofre preconceitos.

Leia também: [As excluídas da política, por Aníbal Diniz \(O Globo, 18/05/2014\)](#)

Para a presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) em Manaus, Maria Gláucia Barbosa, esse percentual deveria ser obrigatório por vagas nas Casas Legislativas e não por partidos políticos.

“Nos partidos políticos, não há a intenção em que as mulheres realmente participem. Elas são convidadas apenas para suprir as vagas previstas em lei. As cotas deviam ser por Casas Legislativas. Isso deveria ser repensado. Até porque isso não é cumprido”, disse.



Para Cristiane Telles, integrante do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas (MMMMO), que é ligado à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), “os partidos ainda são comandados por homens, pois as mulheres não têm espaço, mesmo sendo maioria na população brasileira”.

Dirigentes partidários defendem que muitas mulheres não têm interesse em participar da política.

Partidos

O secretário-geral do PSD, Paulo Radin, disse que o partido tem se

preocupado em fazer campanha para incentivar a participação. “O problema maior é o desinteresse delas em participar. O PSD tem feito campanha em nível nacional para incentivar a participação delas”, frisou.

Sobre a falta de interesse das mulheres, alegada por grande parte dos partidos, Maria Gláucia da ABMCJ, afirma que a mulher, atualmente, está mais consciente da importância do seu papel e que essa alegação não cabe mais.

“As mulheres entendem a responsabilidade que têm hoje. Há um despertar dessa consciência. Elas têm procurado mais essas vagas das cotas, sim. Elas querem, têm vontade e condições de participar para disputar e não somente para suprir, mas não tem oportunidades iguais”, explicou.

O secretário-geral do PMDB, Miguel Capobianco, disse que “a questão é ter o número de mulheres suficiente para preencher” as vagas previstas pela cota de 30%.

O presidente municipal do PT, Vital Melo, afirmou, que o PT “é o único partido que reserva 50% das vagas para homens e 50% para mulheres em toda a sua estrutura”.

Vital explicou que, desde a Diretoria Executiva do partido, tanto estadual, quanto municipal, é obedecida a regra estipulada pelo partido.

Para o ex-secretário estadual e presidente do PCdoB, Eron Bezerra, não se pode alegar que as mulheres não têm interesse em participar do processo político.

“Se elas não querem participar, como são grande parte no PCdoB? Somos o maior partido com representação feminina no Congresso Nacional. De 13 deputados federais, seis são mulheres. Temos uma senadora. Não foi por acaso que alcançamos isso. Sempre tivemos essa política de valorização das mulheres. Não é apenas retórica e, sim, prática”, enfatizou.

O secretário-geral do PSDB, Mário Barros, explicou que a sigla trabalhou nas eleições de 2012 visando um projeto maior para a participação feminina nas eleições deste ano. “Hoje, temos pré-candidatas suficientes para compor

nossa chapa. Até agora, temos 18 nomes, o que pode aumentar. Acredito que 35% a 40% dos candidatos do PSDB, esse ano, serão mulheres”, destacou Barros.

Sem sanções

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que não existem punições para partidos que deixam de cumprir a cota destinada ao sexo feminino. No início do ano, o TSE lançou uma campanha publicitária para incentivar maior participação feminina na política.

Acesse o PDF: [Mulheres ainda sofrem preconceito na política, diz dirigente de associação](#)

Enem 2014 tem 3 milhões de inscritos; 59% são mulheres

(UOL, 16/05/2014) O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2014 registrou 3.038.209 milhões de inscritos até as 16h desta sexta-feira (16), segundo informação divulgada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). As inscrições foram abertas às 9h de segunda-feira (12) e o prazo termina às 23h59 do dia 23 de maio.

De acordo com o Inep, as mulheres representam a maior parte dos inscritos, com 1.819.268 (59,87%). Os isentos também têm maior presença no exame, sendo 63% do total de inscritos.

Ainda segundo o órgão, o ritmo de inscrições para o Enem 2014 já supera em 11,33% o verificado no mesmo período da edição anterior. São Paulo é o

Estado com o maior número de inscritos até o momento, 476.061, o que representa 15,66% do total. Em seguida aparecem Minas Gerais, com 314.321 (10,34%); Ceará, com 253.697 (8,35%); Rio de Janeiro, com 235.604 (7,75%); e Bahia, com 225.047 (7,4%).

A inscrição será realizada exclusivamente pela internet, no site <http://sistemasenem2.inep.gov.br/inscricaoEnem>. A taxa de inscrição será de R\$ 35. O prazo final para o pagamento do boleto será no dia 28 de maio.

O participante concluinte do ensino médio no ano de 2014, matriculado em qualquer modalidade de ensino em escola da rede pública, será automaticamente isento do pagamento da taxa. Também será possível solicitar isenção do pagamento mediante declaração de carência no momento da inscrição.

As provas do Enem serão aplicadas nos dias 8 e 9 de novembro, após as eleições, conforme o UOL já havia adiantado. Neste ano, há previsão de uso de detectores de metais nos locais de prova. O Enem 2014 será aplicado em 1.699 municípios do país.

A previsão é que 8,2 milhões de pessoas se inscrevam, um crescimento de 13,8% em relação aos 7,2 milhões do ano passado.

No dia 8 de novembro (sábado), serão aplicadas as provas de ciências humanas e ciências da natureza. No dia 9 (domingo), serão os exames de linguagens, códigos e suas tecnologias, matemática e redação. Nos dois dias, as provas começam às 13h (horário de Brasília), com abertura dos portões às 12h.

Enem 2014

▪ Início das inscrições

12 de maio a partir das 10h

▪ Fim das inscrições

Até as 23h59 de 23 de maio

- **Prazo para pagamento da taxa de inscrição**

28 de maio

- **Provas**

8 e 9 de novembro

Estudantes que precisem de atendimento especializado ou específico -como deficientes visuais, auditivos, sabatistas e lactantes- deverão declarar a necessidade no ato da inscrição.

Candidatos sabatistas poderão fazer a prova do primeiro dia em horário especial, o exame será aplicado às 19h. No entanto, os estudantes devem comparecer aos locais de prova no mesmo horário dos demais participantes.

Acesse o site de origem: [Enem 2014 tem 3 milhões de inscritos; 59% são mulheres](#)

ONU Mulheres destaca o legado da feminista latino-americana Haydée Birgin

(ONU Mulheres, 15/05/2014) Feminista incansável na defesa dos direitos das mulheres. Esse é o legado da advogada e socióloga argentina Haydée Birgin, falecida na manhã de 13 de maio, aos 75 anos, em Buenos Aires. Egressa no feminismo, na década de 1960, por influência da historiadora

espanhola e ativista Marysa Navarro, Birgin foi uma das primeiras especialistas da América Latina a perceber a violência contra as mulheres para além do crime. Dedicou-se a articular leis de prevenção à violência contra as mulheres e meninas, assim como a luta contra a impunidade dos agressores.

Em sua trajetória de ativismo político e especialista de gênero, Haydée Birgin foi colaboradora constante do Unifem e da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, contribuindo para a disseminação de conhecimento e o trabalho em redes feministas. Para a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, “Haydée Birgin foi uma mulher forte e determinada em mudar a realidade das latino-americanas no acesso à justiça e na construção de direitos pelo feminismo. É aguerrida e inspiradora a sua trajetória mesmo nesse momento em que o sentimento de perda prevalece nas mulheres da região”.



Feminista argentina, destacou-se pela contribuição na área da justiça, enfrentamento à violência e promoção dos direitos das mulheres

A diretora regional da ONU Mulheres, Moni Pizani, destaca o legado da feminista argentina para as Américas. “Haydée Birgin é um exemplo para as

latino-americanas pela sua capacidade de constituir parcerias e envolver as pessoas em favor dos direitos das mulheres. Por sua competência, conseguiu estabelecer um diálogo objetivo com a justiça e incidir em leis que beneficiam as argentinas. Um trabalho concreto e objetivo que estimulou conquistas em outros países da região”, considera Pizani.

Caminhada feminista - Birgin defendeu o empoderamento econômico das mulheres, a divisão de cuidados familiares entre homens e mulheres, principalmente, o investimento em políticas públicas de cuidados para creches e jardins de infância. Atuou obstinadamente em favor dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Levantou-se contra a ditadura argentina, sendo exilada política no México. Nos anos 1970, onde conheceu a feminista mexicana Marta Lamas e atuou no bloco Aliança Popular Revolucionária.

No regresso à Argentina, fundou a organização Lugar de Mulher. Mobilizou-se notavelmente, em 1975, nos debates em torno da 1ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México, e do Ano Internacional da Mulher, ambos realizados pelas Nações Unidas.

Na Argentina, um dos grandes legados de Haydée Birgin é atribuído à criação da Equipe Latino-americana de Justiça e Gênero (ELA), em 2003. Na organização, Birgin e suas companheiras foram decisivas na incidência de políticas públicas por meio de litígios estratégicos e do trabalho em rede, com o objetivo de alcançar a autonomia plena das mulheres e a participação igualitária em todas as esferas da vida.

Acesse o site de origem: [ONU Mulheres destaca o legado da feminista latino-americana Haydée Birgin](#)

Brasil tem apenas 12% de prefeitas, apesar de avanços na década

(Último Segundo, 30/04/2014) Mulheres comandam apenas 675 prefeituras do País, enquanto os homens controlam a maioria das cidades (4.895)

Apesar de estarem ganhando mais espaço na sociedade e de o Brasil ter uma mulher à frente do Executivo Federal, a inserção feminina na política não se repete nas esferas municipais. As mulheres são prefeitas de apenas 12% das cidades do País, segundo [pesquisa Munic](#), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quarta-feira (30), sobre a situação de todos os 5.570 municípios do Brasil.

Segundo o IBGE, as mulheres estão à frente de 675 prefeituras do País. Apesar da baixa quantidade de prefeitas, esse número dobrou em relação à mesma pesquisa realizada em 2001, quando apenas 6% das cidades tinham uma mulher à frente do Executivo.

A pesquisa aponta que as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste são as que têm mais mulheres no Executivo Municipal proporcionalmente em relação aos homens. Segundo o IBGE, o Nordeste tem 295 prefeitas em 1.794 cidades (16,44% do total da região). A região Norte tem 57 das 450 prefeituras comandadas por mulheres (12,66%). Na região Centro-Oeste são 54 prefeitas (11,56%) em 467 cidades.

A região Sudeste tem 170 prefeitas em 1.668 cidades (10,19% do total) e a Sul tem apenas 8,3% (99) das 1.191 cidades chefiadas por mulheres.

Entre os Estados, o Rio Grande do Norte e a Paraíba são os que apresentam maiores percentuais de prefeitas com 18,7% e 17,4%, respectivamente. Por outro lado, o Acre não tem mulheres à frente de prefeituras.

O Rio Grande do Sul, que tem apenas 37 cidades que elegeram prefeitas, ou

seja, 7,44% de um total de 497, e Santa Catarina, que tem prefeitas em apenas 23 cidades - 7,79% do total de 295-, são os Estados com os menores percentuais de mulheres à frente do Executivo Municipal.

Ainda de acordo com a pesquisa, as mulheres têm maior participação em cidades com populações menores, entre 12% e 14% para aqueles com até 50 mil habitantes, quando começa a decair esta proporção, situando-se em 3% nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

Idade e escolaridade

A pesquisa também indicou que as prefeitas são ligeiramente mais jovens que os homens. A idade média deles se manteve estável entre 2005 e 2013, em 48 anos, e a delas está em torno de 47 anos.

Quanto à instrução, mudanças significativas ocorreram, segundo a pesquisa, no período de 2001 a 2013, no que se refere à escolaridade dos prefeitos em geral. Neste período, houve um aumento de 50% dos gestores que têm curso superior (ou mais) completo ou incompleto - passando de 40% em 2001 para 60% em 2013. A pesquisa indicou ainda que entre os 762 gestores que têm pós-graduação, 20% são mulheres.

Enquanto o percentual de prefeitos e prefeitas que alcançaram o ensino médio (completo ou não) oscila em torno dos 30% no período de 2001 a 2013, o percentual daqueles com o curso fundamental teve queda de 28% para 10%. “Assim, seja pela maior qualificação dos candidatos, seja pela maior exigência dos eleitores, ou por ambos os motivos, observa-se maior escolarização geral para este cargo executivo no País”, diz a pesquisa.

A pesquisa indicou ainda que as prefeitas representam 18% de todos os executivos municipais na faixa de 19 a 30 anos. Ainda de acordo com o IBGE, esse percentual vem caindo entre todas as faixas até chegar aos 9% entre aqueles com 61 anos ou mais.

Acesse no site de origem: [Mulheres são prefeitas de apenas 12% das cidades do Brasil, diz IBGE \(Último Segundo, 30/04/2014\)](#)

Mulheres representam 56% dos beneficiários do INSS

(Agência Brasil, 25/04/2014) A maior parte dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é formada por mulheres. Elas representam 56% (15,4 milhões) dos mais de 27,7 milhões de beneficiários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Os homens beneficiários são aproximadamente 12,3 milhões, 44%. Os dados fazem parte do Informe de Previdência Social de fevereiro de 2014, referente a dezembro de 2012, apresentado hoje (24) aos membros do Conselho do RGPS, que se reúnem periodicamente.

Para o diretor do departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência, Rogério Nagamine, esse perfil é reflexo do próprio mercado de trabalho, que tem contado cada vez mais com a participação feminina e em melhores condições de emprego.

“A maior e a melhor participação da mulher no mercado ajuda a explicar o crescimento feminino no volume de concessão de benefícios. A predominância das mulheres chama a atenção porque elas são a maioria por dois benefícios: pensão por morte e aposentadoria por tempo de serviço”, explicou Nagamine.

No caso dos benefícios de pensão por morte, as mulheres chegaram a ser 87% do total em 2013. Das aposentadorias por idade, 61%. Os homens são maioria nas aposentadorias por tempo de contribuição (75%), por invalidez (65%) e no auxílio-doença (60%).

A participação das mulheres cresce à medida que se avança também as faixas etárias. Dos 65 aos 69 anos, elas são 51%. As beneficiárias com mais de 90 anos representam 65% - o que é explicado pela expectativa de vida feminina, mais alta do que a masculina.

A maior concentração de beneficiários da Previdência está na faixa etária dos 60 aos 69 anos (33,1%), seguida pela faixa dos 70 aos 79 anos (23,1%) e dos 50 aos 59 anos (17,3%).

Ainda sobre o perfil dos beneficiários do INSS, quase metade deles está na Região Sudeste, 44% (mais de 12,3 milhões). As regiões Norte e Centro-Oeste, por outro lado, são as que têm a menor quantidade de segurados do INSS - cerca de 1,4 milhão e 1,5 milhão, respectivamente.

Segundo o Ministério da Previdência, esses dados também acompanham o perfil demográfico das regiões. No caso da Sudeste, mais numerosa e idosa; as Norte e Centro-Oeste, menos numerosas e mais jovens.

O RGPS é o regime previdenciário obrigatório aos trabalhadores com carteira assinada. Os benefícios da Previdência, administrados pelo INSS, podem ser de aposentadorias (por idade, invalidez ou tempo de contribuição); auxílios-doença, reclusão e acidente; pensões por morte; salários-maternidade e família, e assistências de prestação continuada.

Em fevereiro de 2014, foram gastos R\$ 22 bilhões com o pagamento de mais de 31,1 milhões de benefícios, dos quais 17,6 milhões foram aposentadorias.

Acesse o site de origem: [Mulheres representam 56% dos beneficiários do INSS](#)

Senador Aníbal Diniz apresenta

PL que aumenta participação feminina no Senado

(Jornal do Senado, 24/04/2014) Anibal Diniz (PT-AC) anunciou em Plenário a apresentação de projeto para aumentar a participação feminina na política. De acordo com o texto, quando houver eleições para a renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga será reservada para a participação de candidatas mulheres.

O senador lembrou que hoje quase 90% dos senadores são homens e disse esperar que, com a mudança, mais mulheres integrem o Senado.

— Eu tenho certeza de que nós vamos contribuir para que o Brasil possa ter um protagonismo importante no equilíbrio de gênero — disse.

Acesse no site de origem: [Anibal propõe aumento da participação feminina no Senado](#)

PRE expede recomendação aos partidos sobre cota de mulheres

(Capital Teresina, 23/04/2014) O Procurador Regional Eleitoral (PRE), Kelston Pinheiro Lages, expediu nesta terça (22) recomendação aos Partidos Políticos sobre a cota de candidatas mulheres para as eleições de 2014.

O procurador eleitoral levou em consideração que a Constituição elege o pluralismo político como fundamento da República brasileira (art. 1º, I), elenca a construção de uma sociedade livre, justa e solidária como um dos objetivos fundamentais do país (art. 3º, I) e esclarece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (art. 5º, I) e que a Convenção sobre a

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, promulgada pelo Decreto nº 4.377/2002, determina aos Estados Partes que tomem todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país, garantindo, em particular, em igualdade de condições com os homens, o direito a ser elegível para todos os órgãos, cujos membros sejam objeto de eleições públicas (art. 7º, alíneas “a” e “b”).

Na recomendação, Kelston Lages considerou ainda que a Resolução TSE nº 23.405/2014, que dispõe sobre a escolha e o registro nas eleições de 2014, regulamentou a cota de candidaturas por sexo (artigos 19, § 5º, 6º e 7º; 20, § 2º; 61, § 7º).

O PRE, recomendou aos partidos políticos, através de seus representantes legais, que observem e cumpram as normas eleitorais, relativas à cota mínima de 30 % de candidatas mulheres para as Eleições de 2014.

[Leia a íntegra da Recomendação PRE/PI nº 003, de 15 de abril de 2014.](#)

Acesso o PDF: [PRE expede recomendação aos partidos sobre cota de mulheres](#)

Câmara aprova aposentadoria especial para policial mulher

(G1, 22/04/2014) A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (22) projeto de lei complementar que reduz para 25 anos o tempo mínimo de contribuição para que mulheres policiais obtenham aposentadoria. A proposta obteve 343 votos a favor, 13 contra e duas abstenções. Como já foi

aprovada pelo Senado, segue agora para sanção presidencial.

Atualmente, o tempo de serviço exigido é o mesmo para homens e mulheres da categoria - 30 anos, com ao menos 20 anos no serviço estritamente policial. Com o texto, apenas para mulheres, a aposentadoria será concedida após 25 anos de trabalho, com pelo menos 15 de atuação na polícia.

O benefício abrange policiais civis, militares e rodoviários. De acordo com a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), cerca de 4 mil mulheres serão beneficiadas. Durante a votação, mulheres policiais lotaram as galerias do plenário da Câmara e foram convidadas pelo presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a ocupar a Mesa Diretora.

O líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), criticou a proposta e defendeu que ela fosse derrubada. Segundo ele, a redução do tempo de serviço vai prejudicar a Previdência Social e outras categorias poderão vir a reivindicar tratamento semelhante.

“A Previdência não comporta. Temos que repensar a Previdência Social por inteiro, porque senão continuaremos fazendo puxadinhos sem prever o que pode significar para o futuro. Alguém pode indagar: ‘por que só para as policiais?’. Temos que caminhar para uma Previdência Social única”, argumentou.

No entanto, a maioria das lideranças partidárias defendeu o projeto dizendo que a Constituição Federal já prevê tratamento diferenciado entre homens e mulheres com relação ao tempo de serviço para a aposentadoria - 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres.

“Não há novidades. A Constituição já estabelece esse tratamento diferenciado”, declarou o líder do PPS, Rubens Bueno (RJ).

Ao final da sessão, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que se Dilma vetar o projeto, vai buscar derrubar o veto no Congresso.

Acesse o site de origem: [Câmara aprova aposentadoria especial para policial mulher](#)